



**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Junior Mochi e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao Deputado Pedro Kemp, segundo-secretário, que processa à leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados. *“Ata da Décima Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso do Sul. Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Quatorze da Nona Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Zeca do PT, Pedrossian Neto, Rafael Tavares, Roberto Hashioka e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Paulo Corrêa, Renato Câmara e João Mattogrosso. **GRANDE EXPEDIENTE** – Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2023, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Lei nº 3/2023, de autoria da Mesa Diretora. Com a palavra, pela ordem, o deputado Rafael Tavares que pediu vista do Requerimento nº 356/2023, de autoria do deputado João Henrique. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçadas aos familiares de Tito Lívio Canton, Mariquesa Eugênia dos Santos e Jair José de Castro; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado João Mattogrosso, endereçada aos familiares de Tetsuo Arashiro; requerimentos de moção de pesar, de autoria do deputado Neno Razuk, endereçadas aos familiares de Ana Petzold Valle e Elvira Ueno Araujo; requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Associação Sul-Mato-Grossense de Pesquisa e Apoio à Cannabis Medicinal - Divina Flor, com sede em Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao senhor Jerson Domingos, pela nomeação como presidente do Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares subtenente André Luiz Rodrigues Alves, cabo Flávio Espíndola Rocha, soldado André Carvalho e soldado Peter Fischer Eimer Lassen, pelo reconhecimento ao evitar que um indivíduo munido de arma de fogo, sem registro, escapasse do local. O indivíduo efetuou disparos contra os policiais, colocando em risco a vida da população; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Mattogrosso, endereçada à deputada estadual Mara Caseiro, presidente do PSDB*

Mulher, segunda mulher da história da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul a assumir a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR); requerimento, de autoria do deputado Coronel David, em conjunto com os demais parlamentares subscritos, solicitando a criação da Frente Parlamentar da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário; requerimento, de autoria do deputado Coronel David, em conjunto com os demais parlamentares subscritos, solicitando a criação da Frente Parlamentar de Defesa do Direito da Propriedade; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando o uso da tribuna para a senhora Andréa Aleixo, que irá falar sobre o Dia Estadual de Conscientização e Proteção ao Ciclista; requerimento de informações, de autoria dos deputados João Henrique e Renato Câmara; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Paulo Corrêa, Rafael Tavares, Pedrossian Neto, Coronel David, Pedro Kemp, João Mattogrosso, Zé Teixeira, Jamilson Name, Neno Razuk e Lidio Lopes. O presidente, deputado Gerson Claro, convidou, para fazer uso da tribuna, o senhor Antônio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, para tratar da proposta de reestruturação estadual para atendimento de crianças, adolescentes, mulheres e idosos, vítimas de violência doméstica. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dois de março do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Junior Mochi, para proceder à leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Junior Mochi - MDB) — Expediente da Sessão Ordinária do dia 07 de março de 2023: Mensagem nº 3/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei complementar que dispõe sobre a concessão de vantagem pecuniária de natureza indenizatória a ser paga como retribuição pelo exercício de função de confiança na Casa Militar e na Defesa Civil, nos termos que especifica (Prot. nº 0600/23); Mensagem nº 4/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 2.065, de 29 de dezembro de 1999; à Lei nº 4.188, de 17 de maio de 2012, e à Lei nº 4.196, de 23 de maio de 2012, nos termos que especifica, e dá outras providências (Prot. nº 061/23); Mensagem nº 5/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que altera a redação de dispositivos da Lei nº 3.841, de 29 de dezembro de 2009; altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.829, de 9 de março de 2022, e altera a redação de dispositivos da Lei nº 6.036, de 1º de janeiro de 2023, nos termos que especifica (Prot. nº 0602/23.); Mensagem nº 6/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 6.035, de 26 de dezembro de 2022, que reorganiza a estrutura básica do Poder Executivo do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências (Prot. nº 0603/23); Mensagem nº 7/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que altera a redação de dispositivos da Lei nº 2.940, de 16 de dezembro de 2004, que cria o Conselho Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul, e da Lei nº 3.482, de 20 de dezembro de 2007, que cria o Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social (Fundhis) e institui o conselho gestor do Fundo Estadual

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Junior Mochi - MDB) — Expediente da Sessão Ordinária do dia 07 de março de 2023: Mensagem nº 3/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei complementar que dispõe sobre a concessão de vantagem pecuniária de natureza indenizatória a ser paga como retribuição pelo exercício de função de confiança na Casa Militar e na Defesa Civil, nos termos que especifica (Prot. nº 0600/23); Mensagem nº 4/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 2.065, de 29 de dezembro de 1999; à Lei nº 4.188, de 17 de maio de 2012, e à Lei nº 4.196, de 23 de maio de 2012, nos termos que especifica, e dá outras providências (Prot. nº 061/23); Mensagem nº 5/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que altera a redação de dispositivos da Lei nº 3.841, de 29 de dezembro de 2009; altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.829, de 9 de março de 2022, e altera a redação de dispositivos da Lei nº 6.036, de 1º de janeiro de 2023, nos termos que especifica (Prot. nº 0602/23.); Mensagem nº 6/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 6.035, de 26 de dezembro de 2022, que reorganiza a estrutura básica do Poder Executivo do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências (Prot. nº 0603/23); Mensagem nº 7/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que altera a redação de dispositivos da Lei nº 2.940, de 16 de dezembro de 2004, que cria o Conselho Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul, e da Lei nº 3.482, de 20 de dezembro de 2007, que cria o Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social (Fundhis) e institui o conselho gestor do Fundo Estadual de Habitação e Interesse Social (Fehis) (Prot. nº 0604/23). Mensagem nº 8/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que altera a redação de dispositivos da Lei nº 4.049, de 30 de junho de 2011, que dispõe sobre o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (MS Forte-Indústria), e dá outras providências (Prot. nº 0605/23); Mensagem nº 9/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei complementar que altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001, que institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-Empreendedor); Ofício nº 11/2023, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, encaminhando anteprojeto de lei complementar que dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Ofício nº 12/2023, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, encaminhando anteprojeto de lei complementar que altera a Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Prot. nº 0606/23). Foi lido o expediente, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Bom dia, deputado Gerson Claro, presidente da Assembleia Legislativa, colegas da Mesa, senhores e senhoras que prestigiam essa Sessão. Senhor presidente, estou encaminhando uma moção de pesar aos familiares do ex-vereador do município de Corumbá, ex-deputado estadual Cecílio Jesus Gaeta, que faleceu nesta última sexta-feira e acredito que Vossa Excelência irá transformá-la em nome da Casa.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Se não tiver objeção para fazer em nome da Casa, já solicito.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Ressaltando que Cecílio Jesus Gaeta foi uma pessoa emblemática, nesta Casa de Leis, na época que era o Mato Grosso único, inclusive tem familiares que são servidores nesta Casa. Encaminho uma reivindicação da Universidade Estadual de Glória de Dourados, que solicita a implantação do projeto pedagógico do curso superior de Tecnologia em Agropecuária para que aquele município venha dar uma parcela de contribuição para o desenvolvimento de nosso estado. A sede da Uems possui uma infraestrutura muito bem organizada, mas, atualmente possui apenas o curso de Tecnólogo em Produção Sucroalcooleira. Portanto encaminho essa reivindicação dos professores e técnicos da Uems de Glória de Dourados, ao Magnífico Reitor, professor Laercio. Era o que tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Muito bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, nobres colegas deputados, pessoas aqui presentes neste Plenário. Estamos fazendo a proposição da criação da Frente Parlamentar de Defesa das Santas Casas e Filantrópicos, tema que ganhou muita relevância nos últimos dias. Aproveito para parabenizar o nosso governador, Eduardo Riedel, e o secretário de estado de Saúde, doutor Maurício Simões Corrêa, que em reunião, ontem, no Ministério Público, delineou uma solução para o hospital de câncer que pode solucionar esse impasse tão significativo que está afetando a vida de muitas pessoas. Aproveitando esse momento e o clamor da opinião pública, fazemos essa proposição. Então, os deputados signatários, em união de propósitos e em busca de defesa dos assuntos relacionados às entidades de saúde filantrópicas, por intermédio do presente expediente, vêm solicitar à Mesa Diretora desta augusta Casa Legislativa, que a partir desta data institua a Frente Parlamentar de Defesa das Santas Casas e Filantrópicos, buscando assim uma atuação unificada em função de interesses comuns independente do partido político a que pertençam. Para que a existência da referida Frente Parlamentar seja formalizada, solicitamos à Mesa Diretora, os tramites do artigo 101, parágrafo único do Regimento Interno deste Parlamento. Justificativa. Os hospitais filantrópicos são instituições privadas, sem fins lucrativos, que atuam no atendimento dos pacientes do SUS, por meio de contratualizações. Sessenta por cento dos atendimentos oferecidos pelos hospitais filantrópicos são destinados, obrigatoriamente, ao SUS, e os demais atendimentos podem ser direcionados a plano de saúde e à pacientes particulares. As entidades de saúde filantrópicas passam por grandes dificuldades nos últimos anos, em especial os problemas financeiros do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Campo Grande e do Hospital de Câncer Alfredo Abrão. Dessa forma, a frente parlamentar vem para discutir alternativas para solucionar problemas dessas importantes entidades que prestam serviços extremamente relevantes de saúde pública aos usuários do SUS, no estado de Mato Grosso do Sul. Estou como signatário e vou estender o convite aos demais colegas deputados: João Henrique Catan, que assinou, Amarildo Cruz, Rafael Tavares, Marcio



Fernandes, Mara Caseiro, Professor Rinaldo e Antonio Vaz. Convido os demais pares para que fazer o mesmo. São essas as considerações, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Ainda em tempo, senhor presidente, me permita encaminhar também uma moção de pesar aos familiares do nosso querido amigo, Carlos Voges, que faleceu ontem. Sua morte nos deixa bastante tristes pela pessoa que ele representou em nosso estado, como jornalista, radialista, editor-chefe na TV Morena, e diretor da TV Cultura. Eu gostaria que essa moção fosse encaminhada em nome dos vinte e quatro deputados, até porque ele frequentou esta Casa por muito tempo.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Por solicitação de Vossa Excelência, nós encaminharemos essa moção em nome da Casa. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar um requerimento, solicitando que a Mesa Diretora formalize um ato, constituindo a Frente Parlamentar de Apoio à Pessoa com Deficiência, que atenderá aos seguintes compromissos: fazer a defesa da ideia de uma sociedade inclusiva que reconheça que valorize a diversidade, tendo como fundamento o cenário ético dos direitos fundamentais da pessoa humana, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social; fazer a interlocução do Legislativo estadual com conselhos, fóruns e entidades da sociedade civil organizada que atuam na defesa e promoção dos direitos e interesses das pessoas com deficiência; propor e fazer a defesa de projetos e outras proposições em prol da cidadania das pessoas com deficiência; zelar pelo cumprimento dos preceitos constitucionais e de toda a legislação em vigor que concorrem com a garantia da igualdade de direitos e oportunidades às pessoas com deficiência; prestar apoio às iniciativas das entidades, da sociedade civil, das instituições e das próprias pessoas com deficiência que visem garantir os seus direitos e o combate ao preconceito, à discriminação, à superação das barreiras arquitetônicas e atitudinais e à promoção de maiores oportunidades para sua participação social. Assinam comigo este requerimento, o nosso presidente, deputado Gerson Claro, os deputados Jamilson Name, Renato Câmara, Amarildo Cruz, Rafael Tavares, Lia Nogueira, e Professor Rinaldo.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, imprensa, assessoria, população que acompanha esta Sessão. O deputado Professor Rinaldo já me antecedeu no requerimento, mas vou apresentar também e assino junto com ele, uma vez que tem o mesmo propósito. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, doutor Laércio Alves de Carvalho, e ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, por cópias autônomas, para que seja analisada a possibilidade da criação do Curso Superior de Tecnologia e Agropecuária, em Glória de Dourados. Junte-se à presente a proposta de projeto pedagógico do curso superior que hora se pleiteia. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, na pessoa do presidente, conselheiro Jerson Domingos, para consulta quanto a possibilidade de reconhecimento e adequação do período aquisitivo dos servidores do Detran/MS para concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes, que foram suspensos por vinte meses por meio da Lei Complementar nº 173, em razão da pandemia, como mecanismo de controle temporário para manutenção do equilíbrio fiscal. Ainda, senhor presidente, requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder solicitando autorização para a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 24 de março do corrente ano, a partir das dezenove horas, para realização da Sessão Solene em alusão ao Dia Estadual da Ordem DeMolay, instituído por meio da Lei nº 3502, de 25 de abril de 2008, que inclui essa importante data para a comunidade no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul. Moção de pesar, pelo falecimento do coronel Flávio Américo dos Reis, ocorrido no dia 25 de fevereiro. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida nos termos que seguem. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar ao secretário de estado de Fazenda, senhor Flavio Mendes de Oliveira, e à secretaria de estado de Habitação, senhora Maria do Carmo Avezani Lopes, com cópias autônomas, solicitando estudos de viabilização de recursos para a construção de conjuntos habitacionais voltados a atender a população de baixa renda, que estão inseridas no déficit habitacional existente, na comunidade de Coxim, atendendo ao pedido da vereadora Adriana Naban. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Educação, solicitando a viabilização de recursos no orçamento para a reforma da Escola Estadual Professora Cleuza Teodora, na cidade de Pedro Gomes, em atendimento à solicitação da comunidade escolar local. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Fazenda e ao secretário de estado de Saúde, doutor Mauricio Simões, solicitando estudo da viabilização de recursos para aquisição de aparelhos de tomografia, ultrassom e ressonância magnética para o Hospital Regional Álvaro Fontoura, em Coxim, em atendimento à solicitação da vereadora Adriana Naban.

Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Saúde, doutor Maurício Simões, solicitando a viabilidade de interiorizar cirurgias eletivas para o Hospital Regional Álvaro Fontoura, de Coxim. Moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao atleta campo-grandense Judson Amabel Nunes da Cunha Junior, por ter elevado o nome de Mato Grosso do Sul, em âmbito nacional, no contexto do esporte, por sua atuação como atleta de vôlei do time de Suzano, sendo eleito o melhor em quadra em disputa da superliga masculina 2022/2023, na noite do último dia 27 de fevereiro, na Arena Suzano, em São Paulo. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Fazenda, senhor Flavio Cesar Mendes de Oliveira, para que seja feita uma reunião de estudo de viabilidade para aplicação de percentual diferido na cobrança do ICMS, podendo ser zerado nas contas dos serviços públicos estaduais próprios, delegados, terceirizados e/ou privatizados de energia elétrica, água, esgoto, telefone, internet, destinado ao consumo dos hospitais filantrópicos, desde que classificados como entidades beneficentes de assistência social, nos termos da Lei Complementar nº 187, uma vez que a competência e o poder de iniciativa nos casos das questões tributárias compete ao estado. Estamos enviando essa indicação para que os hospitais filantrópicos sejam isentados de cobranças de ICMS sobre a energia elétrica, água, esgoto e serviços de internet. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, numa solicitação de inversão, o Deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriotas) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, senhores e senhoras que nos honram com sua presença neste Plenário e que nos assistem através da TV Assembleia. Senhor presidente, eu tenho uma indicação. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Helio Pelluffo Filho, solicitando estudos para a viabilidade de manutenção e recuperação com Operação Tapa-Buraco ou recapeamento na MS-283, que liga o município de Naviraí ao município de Ivinhema. Justificativa. A presente indicação visa a atender a solicitação da coletividade, já que a rodovia encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade com imensas crateras, prejudicando o trânsito de veículos. Moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à empresa Panamérica Financeira, na pessoa de senhor Wellington Rocha Moraes e do senhor Helbyton Moraes. Se aprovada, essa moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso do Sul, por preposição do deputado estadual Lidio Lopes, em nome de seus pares e do povo de Mato Grosso do Sul, na honrosa presença de Vossas Senhorias, vem outorgar moção de congratulação à empresa Panamérica Financeira, na pessoa de seus sócios, senhor Wellington Rocha Moraes e do senhor Helbyton Moraes,

pela reinauguração e celebração dos dezoito anos da loja, no município de Rio Verde, ocorrida no último dia 27 de fevereiro do corrente ano. Essa empresa nasceu no município de Rio Verde, Mato Grosso do Sul, e hoje já está em sete estados, sendo, portanto um orgulho para nós sul-mato-grossenses. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Rafael Tavares.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Bom dia a todos os nobres colegas. Tenho algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Prefeitura de Campo Grande, solicitando a limpeza dos terrenos no bairro Jardim Colúmbia; a implementação de luminárias nos postes, no Jardim Inápolis; patrolamento e encascalhamento das ruas nos bairros Estrela Parque e Nova Lima; implantação de redutor de velocidade em frente à avenida Presidente Vargas, nº 1335, no bairro Duque de Caxias. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia Militar, coronel Renato, solicitando ronda e patrulhamento ostensivo na rua Cláudio Manoel da Costa, bairro Nova Lima. Quero parabenizar a Polícia Civil de São Paulo por ter realizado a prisão do invasor de terras, senhor José Rainha, por extorsão, e dizer que, por coincidência, o advogado do José Rainha já foi deputado do PSOL e vereador do PT. Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, a nobre deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados e todos aqui presentes. Requeiro à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 173, XIX, após ouvido o colendo Plenário, que seja feita a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 21 de março de 2023, às dezenove horas, para realização da Sessão Solene, semipresencial, em comemoração ao Dia do Artesão. Para realização desse evento, requer-se os serviços de som, cobertura da TV Assembleia, segurança, cerimonial, serviços gerais, copa, serviços de multimídia, informática, convites e troféus. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, e ao comandante da Polícia Militar do estado de Mato Grosso do Sul, coronel Renato dos Anjos Garnes, solicitando que sejam restabelecidos os serviços da unidade da Polícia Militar no município de Corguinho. A presente indicação atende ao pedido formulado por todos vereadores de Corguinho. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, inciso VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia



Militar do estado de Mato Grosso do Sul, coronel Renato dos Anjos Garnes, solicitando a destinação de uma viatura para atender a equipe do Programa Mulher Segura, no município de Maracaju (Promuse). A presente indicação atende ao pedido formulado pela Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres do município. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao comandante-geral da Polícia Militar e ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, pedindo o aumento do número de efetivo de policiais, se possível cinco mulheres e cinco homens, para serem incorporados à equipe do Promuse. Pela ordem, senhor presidente. Apenas para informar aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa de Leis, que excepcionalmente amanhã, 08 de março, não haverá reunião da CCJR, tendo em vista a realização de Sessão Solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, nos termos do artigo 103, parágrafo 2º, inciso I, do Regimento Interno dessa Casa. Aproveito a oportunidade para convocar os membros da CCJR para a reunião ordinária que será realizada no dia 09 de março, próxima quinta-feira, às oito horas, no Plenarinho. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Antes de continuar, eu gostaria de parabenizar o nosso querido deputado Zé Teixeira, que fez aniversário no dia de ontem, que contribuiu e contribui muito com esta Casa. Com a palavra, o deputado Amarildo Cruz.

**DEPUTADO AMARILDO CRUZ** (PT) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, deputadas e a todos que acompanham a nossa Sessão. Senhor presidente, eu vou ler aqui uma contribuição deste Parlamento com a bancada federal, até porque a matéria diz respeito à sugestão do projeto de lei que deve tramitar na Câmara e não aqui na Assembleia, mas é importante pontuar a nossa preocupação com relação à questão da BR-163, que muito em breve será objeto de discussão em audiência pública nesta Casa em função da CCR, empresa que administra essa importante rodovia federal que corta Mato Grosso do Sul, e provavelmente teremos uma nova licitação. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao líder da bancada federal de Mato Grosso do Sul, deputado Vander Loubet, solicitando estudo de viabilidade e propositura de projeto de lei visando evitar inadimplemento das condições previamente definidas no ato da concessão, duplicação de vias e demais melhorias de fluxo rodoviário, decorrentes de negligência de empresas concessionárias e rodovias no Brasil. No estado de Mato Grosso do Sul, presenciamos uma crise envolvendo o inadimplemento da empresa CCR MSVia em entregar os trechos duplicados sem que tenha empregado os recursos auferidos a título de tarifa de pedágio, o que gerou um dano à coletividade, haja vista que será contratada uma nova concessionária para assumir o encargo, sem que exista recursos iniciais para tais obras essenciais à prevenção de acidentes que custam vidas. De acordo com a minuta do projeto de lei, ela vem oferecer ao Congresso a possibilidade de discutir, implementar e aprovar um projeto de lei em que essas concessionárias obriguem a destinar pelo menos 20% daquilo que é arrecadado a título de pedágio para a composição de um fundo. Esse fundo deve garantir, inclusive, as obras que acabam não sendo implementadas quando da obrigação contratual assinada entre a

empresa e o governo federal. Isso é o que acontece atualmente com a CCR MSVia, que assinou um contrato de vigência longa com a previsão de duplicação de rodovia, o que aconteceu somente em pequenos trechos no nosso estado, diferentemente do estado do Mato Grosso, onde houve uma quantidade muito maior de trechos duplicados. Entre outras justificativas, a empresa diz que não aconteceu por aqui porque não obteve licença ambiental para fazer obras em determinados trechos, por isso não fez a duplicação. Ela está saindo dessa concessão, levando o dinheiro arrecadado do pedágio, não fez a obra e não tem nenhum mecanismo que a obrigue fazer isso. Nós estamos aqui oferecendo uma alternativa para que as empresas que venham vencer essa licitação, futuramente sejam obrigadas a deixar uma parte do dinheiro arrecadado para que seja aplicado na implementação dessas obras que estão previstas em contrato. Lembrando que a concessão da BR-163 é vital para o nosso estado. Eu vejo aqui o deputado Junior Mochi e outros deputados discutindo essa questão e quero dar a minha contribuição. O deputado Gerson Claro está se empenhando para que seja realizada uma audiência pública para podermos discutir com veemência essa questão, trazer aqui o Ministério dos Transportes, o governo federal, as prefeituras, a bancada federal. Dessa audiência a gente deve tirar um relatório para guiar os próximos passos e fazer com que a BR-163 possa funcionar no nosso estado como funciona no estado de Mato Grosso, onde praticamente ela já está duplicada, oferecendo um trânsito de melhor qualidade e mais segurança para o povo. Era essa contribuição que eu queria fazer e o registro, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado, Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (PSDB) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, quero apresentar um projeto de lei que altera a redação no 2º parágrafo do artigo 5º do Programa Mais Social. Essa alteração inclui no Mais Social a possibilidade de as pessoas participarem e comprarem medicamentos. Na época da pandemia, a compra de materiais de higiene, de gás, já tinha sido incluída no Mais Social, e agora nós estamos acompanhando porque muitas vezes essas pessoas que estão vulneráveis, principalmente no interior do estado, precisam de um determinado medicamento e acabam não encontrando nos postos de saúde. Portanto, faz-se necessária essa alteração para dar mais condições para que as pessoas possam, com esse programa, ter condição de comprar medicamentos. Quero apresentar também a criação de duas frentes parlamentares que já foram criadas na legislatura passada e que deram muito resultado para o nosso estado, uma delas é a Frente Parlamentar do Leite. Nós discutimos várias situações que foram solucionados e penso que esta Casa deve continuar essa discussão. Foi criada também a Frente Parlamentar da Avicultura, e após vários debates, criou-se o Proaves para que a avicultura possa se desenvolver ainda mais no estado de Mato Grosso do Sul. Eu gostaria de ter o apoio dos nobres colegas deputados para que pudéssemos continuar nessa frente fazendo essas discussões. Quero aqui apresentar algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido do colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Agesul, solicitando Operação Tapa-Buraco na MS-145, que liga o município de Deodápolis ao

distrito de Ipezal. Essa é uma reivindicação de alguns apoiadores, do Paulinho, da Padaria Triângulo, e de alguns produtores, devido aos danos causados ao transporte de produtos agrícolas em época de plantio e de colheita. Estou fazendo essa indicação para que o estado possa resolver essa situação. Tenho mais algumas indicações que vou deixar sobre a mesa, para serem encaminhadas. Era isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o aniversariante, deputado Zé Teixeira. Não é todo dia que a gente completa mais de sessenta anos.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. Quero apresentar um projeto de lei, duas indicações e uma moção de congratulação. O projeto de lei dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de documentários sobre educação ambiental e novas técnicas de fortalecimento ao setor do agronegócio nos recintos dos eventos agropecuários realizados nos municípios de Mato Grosso do Sul. Anexas, duas indicações e uma moção de congratulação.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Antes de encerrar o Pequeno Expediente, eu gostaria de comunicar aos colegas que, por ato da Mesa Diretora, o deputado Paulo Corrêa está em missão em Assunção, representando a Casa e tratando assuntos de interesse do Brasil e do Paraguai. Também justifico a ausência do nosso querido deputado Zeca do PT, que está em Brasília tratando de agenda para audiência pública sobre a Rota Bioceânica. Quero comunicar que amanhã nós teremos a Sessão Solene em comemoração às festividades do Dia Internacional da Mulher, que será conduzida pelas mulheres desta Casa. Estamos apresentando, hoje, em nome da Mesa, um projeto de lei que altera a Lei nº 4091, que muda a licença-maternidade, passando a contar a partir da alta hospitalar do recém-nascido, ou de sua mãe, o que ocorrer por último. Normalmente a licença-maternidade é contada a partir da data do nascimento da criança, mas às vezes a criança fica no hospital por um, dois meses, ou a própria mãe fica internada por trinta, sessenta, noventa dias, e perde a licença porque nesse período ela está de licença médica e não licença-maternidade. Portanto, esta Casa vai mudar a licença-maternidade para as servidoras da Assembleia Legislativa, com uma lei em comemoração ao Dia das Mulheres, que passará a contar do dia da alta hospitalar da criança ou da mãe, o que acontecer por último. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Gerson Claro: duas indicações (Prot. nºs 00592/2023, 00595/2023). De autoria do deputado João Henrique: uma moção de congratulação (Prot. nºs 00593/2023); seis projetos de lei (Prot. nºs 00584/2023, 00585/2023, 00586/2023, 00587/2023, 00588/2023, 00594/2023). De autoria do deputado João Mattogrosso: cinco indicações (Prot. nºs 00610/2023, 00612/2023, 00611/2023, 00613/2023, 00615/2023); uma moção de congratulação (Prot. nºs 00622/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 00565/2023, 00583/2023, 00582/2023); um requerimento (Prot. nºs 00574/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nºs 00626/2023); uma moção de congratulação (Prot. nºs 00625/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 00519/2023, 00518/2023, 00517/2023, 00590/2023). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 00578/2023, 00579/2023); um

requerimento (Prot. nºs, 00591/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: três indicações (Prot. nºs 00578/2023, 00579/2023, 00591/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: três indicações (Prot. nºs 0516/2023, 00581/2023, 00619/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: um requerimento (Prot. nºs 00567/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: quatro indicações (Prot. nºs 00597/2023, 00598/2023, 00599/2023, 00596/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: nove indicações (Prot. nºs 00576/2023, 0575/2023, 00572/2023, 00571/2023, 00569/2023, 00566/2023, 00573/2023, 0621/2023, 00624/2023). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nºs 00580/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 00616/2023, 00618/2023); uma moção de congratulação (Prot. nºs 00617/2023); um projeto de lei (Prot. nºs 00614/2023). De autoria do deputado Zeca do PT: um requerimento (Prot. nºs 0589/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o nobre deputado Amarildo Cruz. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto. Vossa Excelência disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente e nobres colegas deputados. Nós apresentamos hoje aqui a criação da Frente Parlamentar de Defesa das Santas Casas e dos Filantrópicos, um tema de extrema relevância que ganhou a adesão de diversos parlamentares presentes aqui. Nós comemoramos ontem o desfecho, ainda que preliminar, do caso do Hospital de Câncer Alfredo Abrão, com a atuação decisiva do governador Eduardo Riedel, mas precisamos ficar extremamente atentos a esse tema e esta Casa de Leis precisa se posicionar, porque ele tem sido recorrente nos últimos anos, no Brasil, no Mato Grosso do Sul e em Campo Grande. Muitos dos problemas que nós temos hoje no relacionamento com os hospitais, senhor presidente, decorrem de algumas deficiências estruturais, de algumas distorções, de algumas pegadinhas existentes nesses contratos, que precisamos tratar e resolver de vez. Precisamos fazer um esforço para que tenhamos transparência no relacionamento com a Santa Casa e com os filantrópicos, porque se o Sistema Único de Saúde aporta mais do que 80%, 90%, ou até 100% dos recursos desses hospitais, nada mais justo que o poder público possa ter acesso absoluto à transparência. Quero apresentar um projeto de lei estabelecendo a obrigatoriedade da transparência absoluta, tal como nós temos no Portal da Transparência do Governo do Estado e outros órgãos da administração estadual, federal e municipal, para que todos os pagamentos feitos pela Santa Casa e pelos filantrópicos possam ser facilmente analisados pelo cidadão, nome por nome, CPF por CPF, CNPJ por CNPJ, todas as notas fiscais e pagamentos eletrônicos realizados para essas instituições. Isso é justo, pois se envolve dinheiro público, há obrigação de transparência; e se há obrigação de transparência, há de se estabelecer também a obrigatoriedade de termos acesso aos balanços fiscais e financeiros dessas instituições, analisadas e canceladas por empresas de auditoria de primeira linha, para que não tenhamos dúvida de que aquilo que foi publicado encontra veracidade. Tão importante quanto isso, é que nós possamos ter um assento permanente de representantes do SUS no Conselho de Administração desses hospitais, porque não é possível que com tantos recursos públicos colocados nesses hospitais, o poder público

não possa participar das decisões de alocação de investimentos, de definição de custeio das grandes questões que movem a vida desses hospitais. Então, a bem do controle público, a bem da participação social, a bem do controle social desses órgãos, que nós tenhamos um assento permanente nessas instituições. Um outro problema, senhor presidente, que eu já levantei em outras ocasiões e nessa mesma matéria que nós queremos apresentar, é uma distorção existente nos contratos. Talvez poucos saibam que os contratos do poder público não possuem cláusula de reajuste. Quando o setor público contrata o serviço de energia elétrica da Energisa, de água e esgoto, de uma empreiteira, de uma empresa de software, de uma empresa de publicidade, ou de uma empresa para fornecimento de bens para merenda escolar, todos esses contratos possuem um índice de reajuste anual, que pode ser o IPCA, o IGPM...

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Permita-me um aparte?

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Por gentileza, deputado.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Eu quero parabenizar Vossa Excelência pela fala porque um assunto muito sério, no estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil, é o tratamento de câncer. Nós temos um hospital de referência sustentado pela sociedade de Norte a Sul, de Leste a Oeste, através dos leilões dos agropecuaristas, que é o Hospital de Câncer de Barretos, um dos mais bem equipados do Brasil. Estive conversando com o jornalista B de Paula, e ele me disse que o Hospital Alfredo Abrão tem um déficit mensal de setecentos mil reais, e prometi a ele que iria levar esse assunto ao conhecimento do governador Eduardo Riedel. Hoje, vi uma reportagem que falava desse assunto. Se um hospital de câncer não pode atender porque tem um déficit mensal de setecentos mil reais, como é que ele tem uma parcela da compra de um terreno de quatrocentos e vinte mil reais por mês? Então, se ele está pagando um terreno, está faltando dinheiro para fazer investimento no atendimento de câncer em um hospital que já existe. O secretário de Saúde do município disse, nesse programa, que o estado de Mato Grosso do Sul tem interesse em ficar com o terreno, e se essa venda for efetivada, vai entrar dinheiro no caixa do hospital, inclusive das parcelas já pagas, evitando assim a despesa de quatrocentos e vinte mil reais por mês. Dessa forma, o déficit passa a ser só de duzentos e oitenta para que ele possa dar atendimento, mesmo porque em Mato Grosso do Sul está uma vergonha o tratamento de câncer. Na região de Dourados, Nova Andradina tem um laboratório de análises e exames de próstata, de colo de útero, de mama, para descobrir o problema preventivamente. Eu já tirei um câncer do rim, um câncer da próstata e estão 100% curados, pelo menos é o que os exames indicam. Todos nós temos obrigação de fazer exames preventivos e foi por isso que descobri bem cedo e tive a felicidade do tratamento e da cura. Então, eu acho que a administração do Hospital Alfredo Abrão tem que tomar providência, vender esse terreno para se livrar dessa prestação de quatrocentos mil reais mensais que poderão ser investidos no tratamento das pessoas que mais precisam, para que elas tenham um tratamento a contento no nosso estado. Noventa por cento das pessoas que precisam de atendimento estão indo para Barretos, e em Dourados, se a pessoa precisa fazer uma tomografia, uma ressonância, não existe no sistema. Parabéns pela fala de Vossa Excelência!



**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Concordo com as suas considerações porque, na verdade, elas corroboram com aquilo que nós falamos, a absoluta necessidade de transparência. Ora, se tem recurso público dentro do hospital de câncer, nada mais justo que haja transparência para mostrar tudo aquilo que fazem. Se de fato existe esse pagamento mensal de quatrocentos e cinquenta mil reais referente à compra de um terreno, na verdade é um investimento em meio a um déficit operacional, e nada mais justo que haja um reposicionamento com relação a isso...

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Permita-me um aparte?

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Por gentileza.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Primeiramente quero ressaltar a importância de trazer esse tema com relação ao hospital de câncer. A Santa Casa, as unidades hospitalares, principalmente as que têm recursos provenientes do SUS, recebem um valor aquém dos custos que têm para os procedimentos. Desde de 2011, nós estamos sem aumento no valor dos procedimentos do SUS, não tem lógica, isso não existe em lugar nenhum, tem que haver um reajuste para que a entidade tenha recursos necessários para fazer frente às despesas que tem. Somente a título de informação, em 2015, nós aprovamos um projeto de lei que aumentou em três pontos percentuais o ICMS dos cigarros, das bebidas e de uma relação de cosméticos. Nessa oportunidade, por acordo da Casa, quando fizemos o acordo na votação, 1% seria destinado às instituições que trabalham com prevenção e recuperação de dependentes químicos e outra parte iria para o fundo de saúde para atender instituições filantrópicas e aquelas que trabalham com pessoas deficientes. Para nossa surpresa, esse recurso que na época representava algo em torno de setecentos a um milhão de reais/mês, ainda não foi regulamentado. Atualmente esse valor deve ser bem superior, e se for aplicado irá atender e subvencionar as instituições que passam por dificuldades, como por exemplo, o hospital de câncer. Esses são assuntos urgentes e que precisam de atenção por parte poder público. Eu conheço o hospital de câncer, conheço a sua diretoria, e entendo que é um hospital que atende com seriedade, que faz um atendimento de nível, um atendimento muito bom, e precisa da nossa atenção.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Permita-me um aparte?

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Pois não, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Quero parabenizar Vossa Excelência por trazer esse tema aqui, mas, na realidade, o problema do financiamento da saúde é alternativa da filantropia, ou de organização social que tem até benefícios fiscais. Eu tive oportunidade de participar, inclusive junto com o deputado Renato Câmara, de uma audiência junto com o secretário de Saúde, e me chamou muito a atenção a preocupação do secretário com a questão da qualificação do gasto público. O deputado Junior Mochi trouxe aqui a questão do tempo que faz que não tem um reajuste, mas se você comparar as estruturas que são montadas, que são colocadas à disposição, por exemplo, hospitais que têm cem leitos com ocupação

de 10%, e não têm condições de prestar o serviço porque não tem especialidade. Então, deve haver um estabelecimento de metas de produção, já que um hospital grande não pode ter uma produção pequena, porque se fosse da iniciativa privada ele estaria fechado. Então, acho importante que Vossa Excelência trate da transparência, também com o nosso auxílio, quem sabe até com assessoria contábil. O secretário falou de um curso de especialização, uma pós-graduação para qualificar os gestores, que sejam estabelecidas metas e que os nossos hospitais filantrópicos não sejam apenas assumidores de serviços ou tapa-buracos. O que eu quero dizer é que há mais de vinte anos, desde que eu trabalhei na prefeitura, o hospital filantrópico não consegue cobrir os seus custos, a câmara faz um ajuste, devolve dinheiro, o prefeito passa dinheiro, o governo passa outro dinheiro, faz um movimento na sociedade. Acaba sendo um tapa-buracos, porque não resolve o problema, cada mês tem um buraco como é o caso da Santa Casa. Acho que vocês estão no caminho certo, podemos possibilitar a qualificação do gasto público e ter metas para que os hospitais trabalhem com produtividade. Conte com o apoio desta Casa.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Parabéns pela sua fala, presidente! Em tempo, eu gostaria de convidar Vossa Excelência e o deputado Junior Mochi para participarem dessa Frente de Defesa das Santas Casas e dos Filantrópicos do Estado de Mato Grosso do Sul. O senhor bem colocou que os hospitais acabaram virando uma espécie de tapa-buracos, porque o relacionamento do poder público com esses hospitais é tão mal desenhado que esses contratos acabam ficando aos trancos e barrancos. Os contratos dos hospitais têm dois componentes: um pós-fixado, que depende da produção, como por exemplo quando é feita uma cirurgia de vesícula, de ombro, de joelho, de quadril, de coluna, uma endoscopia, ele recebe uma parcela pós-fixada que vem do SUS, mediante produção, e é esse valor que não é reajustado há onze anos. Se dependêssemos apenas desse valor para custear os hospitais, certamente eles não chegariam ao final do mês. Então, para reduzir e mitigar isso, os governos estaduais e municipais criaram o Incentivo à Contratualização, o chamado IAC. Então, como a tabela SUS não remunera os procedimentos adequadamente, os governos estaduais e municipais dão aporte à título prefixado para os hospitais. Vejam a distorção que temos: o federal não reajusta e o estadual e o municipal também não têm cláusula de reajuste. Basta o poder público silenciar por um, dois, ou três anos, sem dar reajuste, que nós vamos ter uma inflação médica que vai corroer e tornar esse contrato desequilibrado, porque todos os anos nós temos inflação dos medicamentos, do material ambulatorial e hospitalar, todos os anos nós temos elevação do preço de órtese e prótese. Também tem o dissídio anual das categorias, Enfermagem, Medicina, Fisioterapia, dos auxiliares, dos agentes comunitários de saúde, de todos os profissionais que trabalham na saúde e, ao longo do tempo, esses contratos vão se tornando defasados. Por exemplo, o hospital de câncer tinha, em 2018, um recebimento de contrato de dois milhões e setenta e cinco mil reais, por mês, e não foi reajustado. Só que nesses últimos anos nós tivemos, deputada Mara, mais de 30% de inflação somente no IPCA. Por exemplo, muitas vezes a compra de medicamentos de alto custo é em dólar, refletida no IGPM, o que dá 80%, 90% de reajuste. Então, esse déficit de setecentos e setenta mil reais que nós estamos vendo aqui, é corrosão do poder de compra desse contrato. Se tivéssemos obrigatoriedade do incentivo à contratualização estadual ou do incentivo à contratualização do município, podem ter

certeza que nós não iríamos viver, de tempos em tempos, com crise no hospital de câncer, na Santa Casa, nesse verdadeiro tapa-buracos. Isso não é a bala de prata, não é a solução única, mas pode ter certeza, deputada Mara, que nós iríamos reduzir muito esse cabo de guerra que temos nos hospitais. Antes de apresentar, eu quero construir um entendimento com o governo do estado sobre a obrigatoriedade de se criar um reajuste, afinal isso cria despesa, e convidar os demais parlamentares para se unirem em torno dessa iniciativa, de um lado preservando o poder de compra dos contratos e de outro, estabelecendo obrigação de transparência. Se tiver dinheiro público, o hospital tem que prestar contas, para que não reste a menor dúvida sobre o destino dos recursos do contribuinte que estão dentro de todos esses hospitais. Conto com a boa vontade dos demais parlamentares para que possamos unir esforços em prol de uma Assembleia Legislativa atuante, proativa, protagonista na solução desses grandes temas da saúde, afinal a saúde é um direito de todos e uma obrigação do estado brasileiro. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, ainda no Grande Expediente, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Reinaldo. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Vossa Excelência disporá de vinte e quatro minutos para o seu pronunciamento.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — sem revisão do orador — Bom dia, presidente, membros da Mesa Diretora, colegas parlamentares, quem nos acompanha nesta Casa de Leis e também aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia. Trago para esse Parlamento hoje, senhor presidente, duas temáticas. A primeira delas trata justamente sobre o que o deputado Pedro Pedrossian Neto colocou agora, a questão da saúde que não pode ser tratada de forma improvisada. A palavra improviso não cabe na saúde, ainda mais quando se trata de saúde pública, que é um dever do estado. Nessa seara eu venho falar do triste relato de duas mortes que ocorreram na UPA de Dourados, praticamente seguidas, no mês de fevereiro. Esse fato revela a precarização da saúde pública em Dourados, o sucateamento, a falta de responsabilidade da administração da segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, com os usuários do SUS. Eu costumo dizer que o SUS não é de graça, nós pagamos, ele é resultado dos nossos impostos, e o governo federal, as prefeituras não fazem nenhum favor para os usuários. Nós tivemos duas mortes lá em Dourados, a do pequeno Samuel, de apenas dois aninhos, que foi atendido na UPA, fez apenas um exame clínico e não fez nenhum exame laboratorial, como raio-x, por exemplo. Num dia, essa criança foi medicada e atendida na UPA e, no outro dia, a mãe retornou e já não tinha mais o que fazer. Eu estive em apoio ao manifesto desses familiares em frente à UPA, no sábado, e é de chorar. Se uma pessoa não se emociona, não se comove com uma criança de apenas dois anos que morreu e com a família que denuncia negligência, não há mais com o que se solidarizar. Antes do pequeno Samuel, nós tivemos o Júlio César, um jogador com o futuro imenso pela frente, de quatorze anos, que tinha passado no teste lá no Rio de Janeiro, e poderia ser destaque aqui no Mato Grosso do Sul, ou até em nível nacional, pelo Fluminense.

Ele foi para a UPA, foi medicado, fez uma consulta clínica, novamente sem os exames de raio x, hemograma. Depois de dois dias, ele retornou à UPA e já não tinha mais o que fazer. São dois casos emblemáticos. Com relação ao caso do pequeno Samuel, o prefeito disse que vai apurar. A Fundação de Serviço de Saúde de Dourados que administra a UPA e o Hospital da Vida, já está reunindo documentos e também vai fazer uma apuração. Eu, como deputada, não poderia me calar, porque as famílias me procuraram e eu quero deixar aqui para a população de Dourados e de Mato Grosso do Sul, porque isso reflete no nosso estado: nós vamos entrar com requerimento junto ao Ministério Público, para que seja apurado de quem é a responsabilidade, para que os culpados sejam condenados na forma da lei. Vou entrar também com um requerimento junto à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, deputada Mara Caseiro, pedindo que acompanhe a investigação que e a administração municipal está fazendo. Quero pontuar que são dois casos de tragédias anunciadas de uma saúde pública que não tem exames à disposição dos médicos, não tem luvas para eles trabalharem, não há insumos. Na semana passada, os médicos solicitaram material e a enfermeira responsável pela unidade disse que se não tiver medicamento para casos de bronquite e asma, que são muito frequentes nessa época, eles irão suspender o atendimento na UPA. Vale lembrar que de acordo com o último Censo, o município de Dourados tem uma população que chega a duzentos e sessenta mil habitantes, e nós temos apenas uma unidade de pronto atendimento para fazer a cobertura de Dourados e dos municípios daquela região, que são mais de trinta. Nós vamos cobrar explicações. No mês da mulher nós temos que falar também da violência contra nós, na política. Deveríamos estar aqui debatendo o espaço que precisamos ocupar, porque o nosso lugar é onde a gente quiser. Eu trago hoje aqui o caso da vereadora Rosane Jung, do PSDB de Maracaju, vítima de agressão por colegas parlamentares durante uma reunião na sala da presidência. A Assembleia Legislativa já emitiu uma nota de repúdio sobre esse caso, mas creio que somente isso não é o suficiente, nós precisamos trazer essa temática para esta Casa de Leis, porque o mês da mulher não pode ficar somente em comemorações, ele é um mês de reflexão. Até quando nós vamos enfrentar violência política de gênero? Isso é inconcebível! Quero pontuar que esse caso não é isolado. Sou solidária à vereadora tucana. Quero trazer o que aconteceu comigo enquanto vereadora, e dizer que na época nem um movimento se levantou em minha defesa, deputado Zé Teixeira. O senhor sabe o que eu passei na Câmara Municipal de Dourados, enfrentei perseguição, piadas nos corredores da câmara, um processo ridículo de pedido da cassação, sofri pressão psicológica, mas isso não pode mais acontecer. Nós estamos em pleno século XXI, este ano comemoramos noventa e um anos que as mulheres tiveram o direito ao voto, nos tornamos cidadãs de fato e de direito porque até então não éramos reconhecidas. Que nesta Casa de Leis a gente possa debater ainda mais esse assunto e avançar, para que, em um futuro próximo, estejamos em pelo menos metade dessas vinte e quatro cadeiras.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Permita-me um aparte, deputada Lia?

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Pois não, deputada.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Primeiramente eu quero parabenizá-la por trazer esse tema tão importante sobre a participação da mulher na política. Nós temos vários projetos, inclusive um tramitando na Casa, exatamente para combater todo e qualquer tipo de violência contra as parlamentares. Todas as vezes que uma mulher é agredida, de forma grosseira, estúpida, assim como aconteceu com a vereadora, nós também nos sentimos agredidas. Eu acho que a gente tem que prezar pelo respeito às diferenças, o respeito à atividade, à atitude, às ações das mulheres em qualquer lugar que ela estiver. Eu quero chamar a atenção para uma notícia que li hoje no jornal, sobre uma acadêmica que flagrou um amigo filmando as suas partes íntimas no banheiro de um gastrobar. Veja o absurdo, aonde chega a mente humana ou desumana. O fato ocorreu quando essa menina de vinte e quatro anos ia se dirigir ao banheiro, e o amigo de vinte e oito anos pediu para acompanhá-la e lá ela viu o celular desse agressor, desse maluco, por baixo do banheiro. Depois de forte exigência, ele entregou o celular a ela e foi constatado que não tinha só as imagens dela, mas de muitas outras mulheres, o que chega a ser repugnante. A minha pergunta é: que sociedade nós estamos criando? De onde é que está vindo essa educação de tanta agressividade, de tanta violência, de tanto assédio contra as mulheres, deputado Amarildo? Acho muito importante trazermos esse debate para a Assembleia Legislativa, somos duas mulheres entre vinte e dois homens, e fico muito feliz quando vejo projetos de combate à violência, de combate ao assédio contra as mulheres, vindo dos deputados. Nós temos que criar os nossos filhos para respeitar as mulheres, não para discriminar ou ter preconceito. Eu me somo a sua luta e a sua dor pela violência que foi praticada contra você, mas acho que temos que defender a transformação dessa sociedade que está doente em uma sociedade que respeite e ame o ser humano como ele merece.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Obrigada pela colaboração, deputada.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Permita-me um aparte?

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Pois não, deputado.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Primeiro agradecer pela concessão do aparte, parabenizar Vossa Excelência pela preocupação que teve durante a sua caminhada como cidadã, como mulher, como jornalista e também como vereadora em Dourados, de forma intransigente, defendendo essas bandeiras que são fundamentais para a nossa sociedade. A primeira delas é a questão da saúde, porque é realmente inconcebível, e não estou aqui para fazer crítica, mesmo porque o direito da pessoa está na Constituição Federal. Eu trabalhei durante um tempo no HU aqui em Campo Grande e pude perceber a dificuldade das pessoas usufruírem de um direito que é consagrado, principalmente no momento de vulnerabilidade física, emocional, de ter o atendimento que merece. Lamentavelmente, eu acompanhei, através da mídia, o que aconteceu com aquele atleta que tinha uma vida promissora na área do esporte, mas, infelizmente, veio a falecer. Saúde não é de brincar, não tem como improvisar. Eu usei dessa tribuna várias vezes para falar do caso de uma



senhora, aqui em Campo Grande, que esperou durante nove anos uma cirurgia. Coincidentemente ela é da nossa querida Culturama, e infelizmente veio a falecer. Eu quero deixar consignada, na ata desta Sessão, a minha solidariedade. Espero que cenas como essa não aconteçam mais nem em Dourados, nem em Campo Grande, e em nenhum lugar de um país que é rico, um país continental do ponto de vista da sua geografia, que está entre as dez maiores economias do mundo. Nós não podemos ficar calados diante de uma atrocidade dessa contra aqueles que muitas vezes não têm nem um plano de saúde. Um segundo ponto. Eu conheço a vereadora Rosane, tive a oportunidade de destinar emenda parlamentar a pedido dela, para uma biblioteca, uma brinquedoteca para as suas crianças. Eu acompanhei o fato pela mídia. Não podemos permitir nenhum tipo de discriminação à mulher, ao negro, ao índio, ao nordestino, ao homossexual, ao religioso. Nós temos que trabalhar nesta perspectiva, nesta Casa tem Leis, deputada Mara Caseiro. Eu tenho cinco leis que tratam desse assunto. Antes de Vossa Excelência subir nessa tribuna, a deputada Mara estava me falando justamente dessa que é uma questão cultural. Por isso, deputada Lia Nogueira, que eu, com o apoio dos vinte e quatro deputados e com a sensibilidade do governador, coloquei na grade curricular um tema transversal para formatar a mente, a alma das crianças, para que elas saibam que temos que viver sob a perspectiva da paz, da tolerância, do amor ao próximo. É com essa sociedade que eu e os demais colegas sonhamos. Me solidarizo também com a professora e diretora de uma escola, hoje vereadora Rosane, de Maracaju. Grande abraço. Obrigado e parabéns por sua preocupação.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Obrigada pela colaboração, deputado. Para encerrar, presidente, vamos deixar aqui esse manifesto, esse repúdio à violência que a vereadora sofreu e que outras mulheres sofrem na política. Temos que dar um basta nisso e no mês da mulher tirar do Mato Grosso do Sul essa imagem negativa do mapa da violência, como um dos estados com um dos maiores índices de violência contra nós mulheres. Muito obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Senhor presidente, apenas para reiterar que a reunião da CCJR foi transferida para quinta-feira às oito horas, no Plenarinho. Aproveito também para, junto com a deputada Lia Nogueira, convidar todos os deputados e quem nos assiste para a Sessão Solene de amanhã, às nove horas, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Quero agradecer Vossa Excelência e à Mesa Diretora por atender as nossas solicitações para acolher com muito amor e carinho as mulheres que têm um importante papel prestado à sociedade sul-mato-grossense e por isso serão homenageadas, representando aqui todas as mulheres. Muito obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, reforçando o convite, estendo às esposas, namoradas, autoridades e lideranças femininas que contribuem muito com a nossa sociedade. Tenho certeza que será um evento inesquecível.

---

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Obrigada.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Nós recebemos uma convocação do governador Eduardo Riedel, por conta de uma audiência pública. Só para registrar. De ordem do chefe de assessoria especial de relações parlamentares e institucionais da ANTT, o senhor Maurício Drummond, informo que o período para acolher sugestões e contribuições ao programa de exploração da rodovia e aos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, visa a concessão para exploração do lote rodoviário composto pela BR-163, do entroncamento com a BR-262, Campo Grande, divisa do estado de Mato Grosso do Sul com a ponte do Corrientes, extensão de 379,60 quilômetros. Além dessa audiência da ANTT, tem outros dois trechos, inclusive o deputado Junior Mochi já apresentou um requerimento para a composição de uma comissão composta por ele, pelo deputado Hashioka e pelo deputado Pedro Kemp, para fazer o acompanhamento. No dia 22 será realizada a audiência conduzida pela ANTT. Já no dia 21 de março, terça-feira, vamos colocar em votação a suspensão da sessão para fazermos uma audiência pública às nove horas da manhã, inclusive com a participação do Poder Executivo. Convido os deputados Junior Mochi, Hashioka, Kemp, assim como os demais que queiram participar, para darem sugestão de quem convidar. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) —** Eu até questionei o deputado Junior Mochi sobre o porquê de a comissão ser composta por três membros. Eu gostaria de fazer parte, pois represento aquela região e utilizo, praticamente, todos os finais de semana a BR-163, no trecho que liga Campo Grande a Mundo Novo.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não vejo problema de ser quatro membros.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Ótimo.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Eu gostaria que tivesse a participação de todos os deputados, a comissão encaminha as ideias e posteriormente faz uma reunião para combinar como será a audiência pública com o Poder Executivo e com a ANTT, para podermos encaminhar as discussões sobre a BR-163.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) —** Independentemente de participar da comissão, a gente vai estar dando sugestões para que não aconteça o que aconteceu nesse último contrato, quando ficamos à mercê, principalmente a nossa região de Dourados e Mundo Novo.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Então está registrado. A audiência pública será às nove horas da manhã, do dia 21 de março. Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Pela ordem, senhor presidente. Em função da criação da comissão, entendo que deveríamos marcar uma reunião com o governo, porque já houve uma reunião da equipe do governo, tratando dessa questão da BR-163. Primeiro para que eles nos informem o que foi discutido, para que nessa audiência pública no dia 21, estejamos sintonizados e com conhecimento mais aprofundado da matéria. Quero convidar o deputado Roberto Hashioka, o deputado Pedro Kemp e a deputada Mara Caseiro, além de outros que queiram participar da reunião aqui na Casa, para encaminharmos esse assunto, já que temos pouco tempo. Essa audiência do dia 22 é decisiva, porque é a oportunidade que teremos de fazer solicitações, indicações, alterações, mudanças, já que depois dessa data, a ANTT vai fechar isso e o projeto terá a contemplação de algumas das propostas que serão apresentadas. Por isso acho importante sintonizar o que vamos fazer, sentar com o governo, para quando chegar a audiência no dia 22 estarmos com as coisas mais ou menos alinhadas. Era isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Temos três requerimentos, sendo um com pedido de destaque. Primeiramente vamos colocar em votação dois deles e depois votaremos o em destaque. Em votação simbólica. Dois requerimentos, trinta e quatro indicações e uma moção de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Em votação. Requerimento nº 356/2023, em destaque. Autor: deputado João Henrique. Em discussão. Para discutir, com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência disporá de dez minutos.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Obrigado, senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos assiste. Agradeço a oportunidade que estou tendo de discutir uma vez mais o Requerimento nº 356, proposto por este parlamentar. A gente que já tem um pouquinho de traquejo político, enxerga como a máquina funciona quando ela quer operar, quando ela quer tratorar. É uma notinha na imprensa, é uma notinha em grupos de WhatsApp, financiadas com as mídias do governo, é um cutucão aqui, um empurrão ali, mas estou pronto e calçado para os embates e debates que quero fazer aqui nesta Casa. Diferentemente de como tentaram divulgar, quero dizer que esse requerimento não está pedindo apenas a lista dos nomes dos cargos comissionados, por mais vultosa, estratosférica que seja a contratação e os valores que mensalmente o governo do estado emprega, quando deveria colocar em programas sociais para beneficiar a população, em meio a tantas reclamações que surgem nesta Casa. A própria deputada Lia Nogueira colocou a situação do município de Dourados, onde faltam recursos públicos e apoio à saúde que é uma das obrigações do estado, uma vez que o arcabouço constitucional estabelece a obrigação tripartida entre os entes federativos: município, estado e união. Então, quero aproveitar para ler e esclarecer o objetivo do nosso pedido: a lista completa de nomeação nos cargos do estado, ocorrida no ano corrente, com a respectiva função, lotação, remoção, relocação, carga horária, remuneração bruta, remuneração líquida, valor bruto e líquido utilizado na folha de pagamento dos cargos comissionados, com as respectivas cedências. Quer dizer, é muito mais complexo,

senhor presidente, do que entregar um arquivo de Excel numa planilha. Se assim fosse, qual seria o objetivo desta Casa em pedir destaque, em fomentar pedidos de vista? Se não há problema, por que não ser transparente, se uma das promessas de campanha do governador Eduardo Riedel era trazer maior transparência? "Ah, vai buscar no Diário Oficial, nomeação por nomeação, que você vai encontrar"... Isso é um desrespeito com a função e com o exercício da atividade parlamentar. Quero aproveitar desse tempo, deputado Rafael Tavares, para dizer que dia 27 de fevereiro de 1933, em Berlim, o Reichstag, Parlamento alemão, pegou fogo, um homem infiltrado foi preso e o prédio ruiu em chamas. Marinus van der Lubbe foi acusado de crime e a suposta filiação dele ao partido comunista serviu de pretexto para Hitler cassar direitos políticos, para tomar o poder na Alemanha, para decretar, em nome da proteção do povo, dos direitos do povo e do estado, a suspensão da liberdade civil e de poderes excepcionais de polícia para prender os suspeitos, pondo fim à democracia, ou seja, pondo fim a um movimento contrário a Adolf Hitler, acabando de vez com o Parlamento alemão. Não foi a primeira vez que o Parlamento alemão pegou fogo, isso aconteceu várias vezes, mas ele sempre se reconstruiu, sempre se levantou. Talvez as bases do nosso Direito Constitucional, entre elas, fiscalizar e exigir, para nos dar condições de interpretar os rumos do Poder Executivo, estão reconstruídas na doutrina alemã que inspirou o Direito Constitucional brasileiro. Dizer para Vossas Excelências que o que nós estamos fazendo aqui, deputado Rafael Tavares, deputado João César Mattogrosso, deputado Pedro Pedrossian Neto, surgiu na Grécia Antiga, em Roma, nas ágoras, onde a maioria da população comparecia num estádio e toda vez que havia um tema relevante, exprimia a sua vontade, e o que a maioria decidisse era respeitado. Aos poucos essas ágoras começaram a perder musculatura, representatividade, porque as pessoas se cansaram de decidir coisas corriqueiras que seriam óbvias. Eu me pergunto agora, deputado Rafael Tavares, deputado Pedro Pedrossian Neto, por que um parlamentar eleito democraticamente pelo voto popular tem que explicar a importância de se votar um requerimento que pede esclarecimento de como o governo está gastando os seus recursos, quem está contratando, se existe cargo fantasma, se existe desvio de função? De um parlamentar eleito pelo voto popular, a desaprovação, a rejeição desse requerimento vai tirar força e representatividade. Eu me pergunto, senhores parlamentares: Qual será a utilidade que nós teremos para a população? No que poderemos avançar? Carga tributária? Custo da máquina? Energia elétrica? Serviços de saúde? "Não, é tripartido"... Quer dizer, o que nós poderemos fazer aqui? O que nós vamos discutir dentro de uma Casa de Leis e debates que remonta a história do Parlamento europeu, da Alemanha, que remonta a história das ágoras, onde as pessoas decidiam? Nós recebemos autorização popular para ter o nosso mandato. Pensem: como é que os eleitores de Vossas Excelências, se aqui estivessem lotando este Plenário, gostariam que votassem? Por transparência? Para mostrar o salário das pessoas que estão contratadas, quando um pai de família tem que explicar como sobreviver com dois, três salários mínimos? Esses eleitores, se aqui estivessem, sem dúvida, aprovariam o requerimento deste parlamentar, porque ele traz apenas meios para podermos fazer aquilo que nos foi confiado, que é a fiscalização, que são os debates, que é apontar os rumos que o estado quer caminhar, inclusive para cobrar a proposta eleita nas urnas. Para concluir, senhor presidente. Aqui eu trago um livro que fiquei com medo de trazer na minha viagem de retorno ao Brasil. Eu fiquei com medo

de entrar no Brasil com este livro, porque à época, um juiz, talvez mais ditador do que Adolf Hitler, suspendeu a entrada e a venda do livro Mein Kampf, minha luta, minha história, minha vida, de Adolf Hitler, que retrata suas estratégias para aniquilar, fuzilar o Parlamento e os direitos de representação popular. Senhor presidente, é com a apresentação do Mein Kampf, de Hitler, que peço para que este Parlamento se fortaleça, se reconstrua, se reorganize nos rumos do que foi o Parlamento europeu da Alemanha e que serviu, após a sua reconstrução, de inspiração, inclusive para estarmos hoje aqui através do nosso Direito Constitucional brasileiro que se inspira no modelo romano-germânico. Era o que tinha, senhor presidente, para encaminhar o voto favorável à aprovação do requerimento.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão. Para discutir, com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor Presidente, senhores deputados, penso que o deputado João Henrique jogou pesado quando trouxe o exemplar do Mein Kampf, e eu vim aqui votar contra esse requerimento porque não quero ser tachado de nazista. Vossa Excelência citou aqui a ágora da Antiga Grécia, onde se reuniam os cidadãos livres para decidirem democraticamente sobre questões de interesse público, lembrando que era o nascedouro da democracia e nós adotamos esse regime como o melhor regime até agora inventado pela humanidade. Mas aquela democracia que estava nascendo na Grécia Antiga era imperfeita, até porque só homens livres iam para a ágora votar. Ficavam de fora as mulheres e os escravos, que eram a maioria da população. Era, portanto, uma democracia imperfeita, porque não representava a vontade da maioria, mas de um grupo de homens livres, cidadãos gregos. A democracia é o melhor regime porque nós temos hoje a prevalência da vontade da maioria e temos também a oportunidade de discutir com relação àquele que está governando, os seus atos, se eles são atos públicos, se eles são atos probos, se eles são atos corretos, se eles são atos que atendem ao interesse da população. Esse requerimento para mim é político, é para dizer que nós estamos fiscalizando, investigando, se está havendo contratações ilegais, espúrias, gente que não está trabalhando, se é funcionário fantasma ou não. Eu votaria a favor se tivéssemos uma folha secreta no governo, e digo isso porque tem folhas secretas por aí, em prefeituras. Tem muitas contratações obscuras, deputado Londres. Então, se tivesse aqui no governo do estado uma folha que ninguém sabe quem está ali contratado ou não, exercendo esse ou aquele cargo, eu penso que nós deveríamos abrir uma CPI para investigar. Ocorre que todos os cargos comissionados são publicados no Diário Oficial, são atos públicos. Se o governo do estado vai contratar alguém, nós podemos até discordar aqui e ali; se ele contratou ex-prefeito que perdeu a eleição, podemos discordar, tudo bem, mas o cargo é de livre nomeação, o governo contrata quem ele acha que deve contratar. Eu posso esperar, falar que fulano de tal não vai trabalhar, não vai produzir para o estado, mas não pedir aqui uma lista com os nomes de todos os cargos comissionados do estado. Vou dizer ao deputado João Henrique que eu tenho um funcionário, no meu gabinete, que faz isso, ele observa todos os atos. No Portal da Transparência tem quem foi nomeado, o salário, o símbolo, são atos públicos. Nós temos vinte assessores, então, ao invés de parar a máquina para fazer esse trabalho, podemos destacar um funcionário para fazer isso, para verificar desde o



primeiro dia primeiro de janeiro de 2023, quais foram as nomeações, símbolos, cargos, quanto ganha e, caso queira, até checar o valor em numerários que está lá no Portal da Transparência. Então, assim, não ferindo o direito de fiscalizar do deputado João Henrique, até elogio a sua iniciativa nesse sentido porque temos mesmo que cobrar, mas entendo que esse requerimento é desnecessário, porque as informações que ele está pedindo estão todas publicadas.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Conceda-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Concedo-lhe o aparte.

**PRESIDENTE DEPUTADO GERSON CLARO** (PP) — Só para contribuir sobre esse tema. O próprio STF já se manifestou, em decisão recente, que tanto as decisões administrativas quanto os requerimentos, especialmente os que são feitos junto às prefeituras, devem ter o objetivo fundamentado e devidamente delineado. O STF diz que a informação já está disponível por obrigação legal e até usou um termo pejorativo, dizendo que administração não pode ficar à disposição dos desocupados para algo que é desnecessário, não pode gastar tempo, mesmo porque custa dinheiro. O requerimento hoje é do deputado, mas qualquer cidadão pode requerer, já que temos a Lei da Transparência. Concordo com Vossa Excelência que o requerimento é desarrazoado.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Obrigado, presidente. Para encerrar, eu quero dizer que sempre é louvável a iniciativa de qualquer parlamentar no sentido de fiscalizar, cobrar informações, para que o nosso trabalho também possa acontecer de forma satisfatória. Nós temos que prestar contas à população e caso surja alguma denúncia ou suspeita de que há algum contratado no governo que não trabalha, que está em desvio de função, que é funcionário fantasma, nós temos obrigação de denunciar, de cobrar as informações específicas sobre esses casos, mas com relação a essa listagem dos comissionados dos estado, elas já estão publicadas no Diário Oficial. Portanto, eu considero prejudicado o requerimento do nobre parlamentar, já que o que ele está requerendo está exposto publicamente no Diário Oficial. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DEPUTADO GERSON CLARO** (PP) — Ainda em discussão o requerimento...

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE DEPUTADO GERSON CLARO** (PP) — Palavra pela ordem ou discussão?... Com a palavra, pela ordem, o deputado Rafael Tavares.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Nós estamos discutindo aqui sobre transparência, eu queria só pegar um dado do site...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Só para esclarecer, se for para discutir, ocupe a tribuna. A palavra pela ordem é porque tem alguma questão errada na Sessão... Vossa Excelência aprende, eu também demorei para aprender.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Senhores, estamos aqui falando sobre transparência e eu quero trazer um dado do site Transparência Internacional. Hoje, o Mato Grosso do Sul está em vigésimo lugar entre os vinte sete entes federativos no quesito transparência. Como o requerimento do deputado João Henrique Catan é sobre transparência, então, se os nobres colegas acharem que o vigésimo lugar em transparência é satisfatório, votem contra o requerimento. Eu, como acho que o vigésimo lugar é péssimo, vou votar a favor, por mais transparência nos gastos públicos em Mato Grosso do Sul. Era isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Só uma dúvida, deputado. O senhor poderia falar de novo qual é o site que informa isso? Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcio Fernandes.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Senhor presidente, enquanto líder do G10, quero fazer um encaminhamento pela derrubada deste requerimento, por entender que todas as informações solicitadas pelo parlamentar constam no Diário Oficial, no Portal da Transparência, onde o nosso estado tem a letra A, um dos mais transparentes de todos os outros do Brasil. Até onde eu sei, essa informação que o deputado Rafael traz agora é novidade, eu até gostaria que fosse checada se essa informação é verídica. Então, senhor presidente, mediante o fato de que as informações que ele solicita constam no Diário Oficial e no Portal da Transparência, e de termos a nossa disposição vinte e cinco assessores que podem consultar, anotar as informações... Um parlamentar somado a outro tem cinquenta assessores à disposição para checar todas essas informações. Então, eu gostaria de orientar o Bloco G10 para que fizéssemos a derrubada desse requerimento.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Quem tiver dúvida, é só acessar o site: [controladoriageraldauniao.gov.br](http://controladoriageraldauniao.gov.br). A título de esclarecimento, a nota do estado de Mato Grosso do Sul chegou a ser primeiro colocado, com 99,3.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jamilson Name.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Oriente o Bloco G8 a votar contra o requerimento, acho que já foi muito debatido aqui no Plenário, temos todas as informações no Portal da Transparência, inclusive já foi amplamente divulgado que o estado de Mato Grosso do Sul é nota A. Então, o encaminhamento ao G8 é votar contra o requerimento.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Na condição de vice-líder do governo, me somo aos demais líderes e gostaria de recomendar a todos a rejeição deste requerimento, uma vez que ele é absolutamente redundante e está claro o nível elevadíssimo de transparência do estado de Mato Grosso do Sul. Talvez essa matéria que versa o deputado seja de fonte duvidosa e seja considerada fake news. Não quero pré-julgar, mas provavelmente é muito diferente da realidade factual que temos, visto que o estado de Mato Grosso do Sul é um dos estados mais transparentes e com maior eficiência no diz respeito à transparência. Portanto a nossa recomendação é pela rejeição.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Amarildo?

**DEPUTADO AMARILDO CRUZ** (PT) — O Mein Kampf merece uma discussão à parte, que faremos em um momento oportuno, assim como outros assuntos. Sou contra o requerimento.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação. Como vota o deputado Amarildo Cruz?

**DEPUTADO AMARILDO CRUZ** (PT) — Voto contra.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Voto com o G10. Voto contra.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Só por uma questão de ordem. O deputado Coronel David nos representa, neste momento, nas Moreninhas, na troca de comando. Como vota o deputado Jamilson Name?

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Voto contra.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Senhor presidente, para declarar o meu voto. Eu quero mais uma vez afirmar que independente da nota que o governo tem, quem acha que não é transparente e que gostaria de ver esse requerimento aprovado é a própria população. Qualquer enquête, qualquer pesquisa de opinião, por mais simples que for, apontaria uma falta na transparência. Não é porque outros estados são piores que o Mato Grosso do Sul que iremos impedir a função do legislador, que é não saber quem está no diário ou aonde anda. O meu requerimento é muito mais amplo e complexo. Eu respeito o debate e a dialética de todos os

parlamentares, mas o que eu quero saber, até para poder investigar e entender de maneira ampla, é se tem na folha de pagamento algum complemento indevido, se recebe mais do que deveria, se está indo trabalhar, se a quantidade de funcionários cabe onde eles estão lotados. Eu posso garantir, senhor presidente, que isso não tem no Portal da Transparência. Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso? Como vota o deputado Junior Mochi?

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Acompanho o voto da liderança, voto contra.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Junto com o G-8, voto contra o requerimento.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Voto contra o requerimento.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Seguindo o G-8, voto é contra.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Voto contra o requerimento, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Voto contra.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk? Como vota deputado Pedro Kemp?

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Voto contra.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Voto pela derrubada do requerimento.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Senhor presidente, acompanho o voto do líder do G-10. Voto contra o requerimento.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Voto favorável.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Voto contra o requerimento.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Voto contra.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Voto contra.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezesseis votos contrários e dois votos favoráveis, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Rejeitado o requerimento. Vai ao arquivo. Item 2. Moção de pesar, proposta pelo deputado Pedrossian Neto, em razão das vítimas do terremoto ocorrido na Turquia e na Síria, com projeção de mais de quarenta mil mortos. Moção de pesar, proposta pelo deputado Amarildo Cruz, em razão do falecimento da senhora Carla Cristina dos Santos Vitória. Moção de pesar, proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento da senhora Adercilia Alves Gomes. Moção de pesar, proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do coronel Flávio Américo dos Reis. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Amarildo Cruz.





Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Esta presidência comunica que amanhã teremos a Sessão Solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Senhores, vamos fazer a nossa parte. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente Sessão. Está encerrada (11h31min).